

SÃO MARTINHO S.A.
COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF nº 51.466.860/0001-56
NIRE 35.300.010.485



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Informações para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
de 25 de julho de 2025

ÍNDICE

1.	PAUTA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA	2
2.	ANEXO I. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES	6
3.	ANEXO II. PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	25
4.	ANEXO III. PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL	30
5.	ANEXO IV. AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL	31
6.	ANEXO V. INFORMAÇÕES: REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSELHO FISCAL	33
7.	ANEXO VI. INFORMAÇÕES: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL	50
8.	ANEXO VII. PARECER DO CONSELHO FISCAL	51

PAUTA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

São Martinho S.A., com sede na Fazenda São Martinho, Pradópolis/SP, CNPJ nº 51.466.860/0001-56, apresenta a Proposta da Administração ("Proposta"), referente à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada presencialmente em 25.7.2025, com a seguinte ordem do dia:

I. EM CARÁTER ORDINÁRIO:

1. Contas dos administradores, Relatório Anual da Administração, Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório Anual do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31.3.2025.

O Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes KPMG Auditores Independentes Ltda. e do Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria, relativos ao exercício social findo em 31.3.2025, serão publicados no dia 24.6.2025 no jornal "Valor Econômico" nas versões impressa e digital. Tais documentos foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23.6.2025. As Demonstrações Financeiras foram auditadas com parecer sem ressalvas dos auditores, e parecer favorável e sem ressalvas do Conselho Fiscal. Os Comentários dos Diretores, exigidos pelo item 2 do Formulário de Referência, conforme Resolução CVM nº 80/2022 ("Res. 80"), constam no Anexo I à presente Proposta.

A Administração propõe a aprovação dos documentos mencionados.

2. Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.3.2025

A Administração propõe que o lucro líquido do exercício no valor de R\$ 556.730.991,38 (quinhentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e trinta mil, novecentos e noventa e um reais e trinta e oito centavos), seja destinado conforme abaixo:

(a) R\$ 27.836.549,57 (vinte e sete milhões, oitocentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e cinquenta e sete centavos) correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício para a conta de Reserva Legal;

(b) do saldo remanescente de R\$ 528.894.441,81 (quinhentos e vinte e oito milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e quarenta e um reais e oitenta e um centavos):

(b1) R\$ 299.999.754,34 (duzentos e noventa e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) a título de dividendos do exercício encerrado em 31.3.2025 ("dividendos do exercício"), que equivalem a R\$ 0,91302505086 por ação (desconsiderando as ações em tesouraria - data base: 31 de maio de 2025), sendo R\$ 132.223.610,45 (cento e trinta e dois milhões, duzentos e vinte e três mil, seiscentos e dez reais e quarente e cinco centavos) dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 167.776.143,89 (cento e sessenta e sete milhões, setecentos e setenta e seis mil, cento e quarenta e três reais e oitenta e nove centavos) dividendos complementares.

Considerando as aprovações de pagamento de juros sobre capital próprio ("JCP") pelo Conselho de Administração em 17.6.2024 e 9.12.2024, foi pago o valor total líquido de R\$ 257.310.472,83 (duzentos e cinquenta e sete milhões, trezentos e dez mil, quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta e três centavos), os quais devem ser deduzidos dos dividendos do exercício (R\$ 299.999.754,34), sendo o remanescente no valor de R\$ 42.689.281,51 (quarenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, duzentos e oitenta e um reais e cinquenta e um centavos) correspondentes ao imposto de renda retido na fonte (IRRF). Dessa forma não haverá dividendos adicionais a serem pagos.

(b2) R\$ 228.894.687,47 (duzentos e vinte e oito milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, seiscentos e oitenta e sete reais e quarenta e sete centavos) acrescidos de R\$ 6.495.528,30 (seis milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, quinhentos e vinte e oito reais e trinta centavos) provenientes da realização de Reserva de Reavaliação e R\$ 21.102,54 (vinte e um mil, cento e dois reais e cinquenta e quatro centavos) provenientes da reversão de dividendos não reclamados e prescritos, conforme art. 287, II (a) da Lei 6.404/76, que totalizam R\$ 235.411.318,31 (duzentos e trinta e cinco milhões, quatrocentos e onze mil, trezentos e dezoito reais e trinta e um centavos), para Orçamento de Capital, a ser destinado a investimentos planejados relacionados, principalmente, com Capex de Melhoria Operacional, Projetos de Investimentos e/ou Capital de Giro.

As informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo artigo 10, parágrafo único, inciso II da Res. 80, no formato do Anexo A da Resolução, constam dos Anexos II e III.

3. Remuneração Global Anual dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal

3.1. A proposta para fixação da remuneração global anual dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria) em até R\$ 68.869.351,21 (sessenta e oito milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta e um reais e vinte e um centavos) dos quais: (a) R\$ 9.548.836,20 (nove milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, oitocentos e trinta e seis reais e vinte centavos) se referem aos honorários (remuneração fixa e benefícios) do Conselho de Administração; (b) R\$ 59.320.515,01 (cinquenta e nove milhões, trezentos e vinte mil, quinhentos e quinze reais e um centavo) da Diretoria, sendo que R\$ 46.099.758,74 (quarenta e seis milhões, noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e oito reais e setenta e quatro centavos) se referem aos honorários (remuneração fixa, variável e benefícios) e R\$ 13.220.756,27 (treze milhões, duzentos e vinte mil, setecentos e cinquenta e seis reais e vinte e sete centavos) referem-se ao limite para concessão de incentivos de longo prazo (opções e ações virtuais). Não serão considerados nesse limite, o valor do exercício das opções virtuais outorgadas em exercícios anteriores.

3.2. A proposta para fixação da remuneração global anual para os membros efetivos do Conselho Fiscal em honorários de até R\$ 496.380,24 (quatrocentos e noventa e seis mil, trezentos e oitenta reais e vinte e quatro centavos).

As propostas seguem a Política de Remuneração dos Administradores aprovada pelo Conselho de Administração em 21 de junho de 2021 e a recomendação do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL – 2025 CVM/SEP de 27.2.2025.

As informações sobre a remuneração dos membros da administração e do Conselho Fiscal, exigidas pelo item 8 do Formulário de Referência (Anexo C da Resolução CVM 80), constam do Anexo V.

II. EM CARÁTER EXTRAORDINÁRIO:

1. Mudança do CEP da sede, com a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social.

Mudança do CEP da sede, de 14850-000 para 14853-899, para refletir mudança dos Correios.

2. Aumento do Capital Social em R\$ 373.916.599,86 (trezentos e setenta e três milhões, novecentos e dezesseis mil, quinhentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos), sem emissão de novas ações ordinárias nominativas e a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social, também para refletir o cancelamento de ações em tesouraria deliberado pelo Conselho de Administração em 30.9.2024.

A proposta para aumentar o capital social em R\$ 373.916.599,86 (trezentos e setenta e três milhões, novecentos e dezesseis mil, quinhentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos) mediante capitalização de parte da reserva de orçamento de capital, sem emissão

de novas ações ordinárias nominativas, passando o capital social de R\$ 4.445.192.198,41 (quatro bilhões, quatrocentos e quarenta e cinco milhões, cento e noventa e dois mil, cento e noventa e oito reais e quarenta e um centavos), para R\$ 4.819.108.798,27 (quatro bilhões, oitocentos e dezenove milhões, cento e oito mil, setecentos e noventa e oito reais e vinte e sete centavos), com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social, que deverá ser alterado também para refletir o cancelamento de 13.939.675 (treze milhões, novecentas e trinta e nove mil, seiscentas e setenta e cinco) ações mantidas em tesouraria, conforme deliberado pelo Conselho de Administração em 30.9.2024.

Com as alterações mencionadas acima, o artigo 5º do Estatuto Social passará a ter a seguinte redação:

“Artigo 5º - O capital social totalmente subscrito e integralizado da Sociedade é de R\$ 4.819.108.798,27 (quatro bilhões, oitocentos e dezenove milhões, cento e oito mil, setecentos e noventa e oito reais e vinte e sete centavos) dividido em 332.435.391 (trezentos e trinta e dois milhões, quatrocentas e trinta e cinco mil e trezentas e noventa e uma) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal”.

As informações sobre o aumento de capital exigidas pelo art. 15 da Resolução CVM nº 81/2022, encontram-se no Anexo IV.

Anexo I

Comentários dos Diretores sobre a Situação Financeira da Companhia (Item 2 do Formulário de Referência da Resolução CVM 80/2022)

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações contábeis incluídas nessa seção são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo IASB.

A análise dos diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras. A Administração não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A diretoria entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo, assim como acredita que a geração de caixa é suficiente para atender o financiamento das atividades e cobrir a necessidade de recursos para execução do plano de negócios:

Em 31 de março de 2025, o endividamento bruto era de R\$ 8.089,5 milhões, representando um aumento de R\$ 1.552,6 milhões em relação ao endividamento bruto de R\$ 6.536,8 milhões em 31 de março de 2024, e a posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras em 31 de março de 2025 era de R\$ 3.163,2 milhões, representando uma redução de R\$ 58,8 milhões em relação à posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras de R\$ 3.222,0 milhões em 31 de março de 2024. Dessa forma, a dívida líquida em 31 de março de 2025 totalizou R\$ 4.926,2 milhões, cerca de 49% superior no período, resultando na relação dívida líquida/patrimônio líquido equivalente a 43%, ou 1,43x, considerando que, em 31 de março de 2025, houve uma redução de R\$ 163,0 milhões no patrimônio líquido, devido à geração de lucro líquido do período.

A diretoria ressalta que busca constantemente realizar uma gestão eficaz de condição financeira e patrimonial, objetivando a manutenção da sua solidez financeira – refletida no atual rating como grau de investimento em escala global pela S&P BBB-, e contínua geração de caixa de forma sustentável, atrelado ao desenvolvimento constante dos negócios. Para a proteção e potencialização de sua performance e resultados, a Companhia poderá adotar estratégias diversas, tais como hedge de preço, ajuste de mix de produção de açúcar e etanol buscando mercados mais rentáveis, hedge cambial, que contribuem para as decisões estratégicas da Companhia na gestão de recursos e busca pela geração de valor de maneira sustentável.

em R\$ mil	12M25	12M24
Empréstimos e financiamentos Passivo circulante ¹	906.297	1.096.406
Empréstimos e financiamentos Passivo não circulante ¹	7.183.164	5.440.412
Dívida Bruta	8.089.461	6.536.818

b. estrutura de capital

A Diretoria acredita que a Companhia apresentou no período indicado uma estrutura de capital condizente com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

em R\$ mil	12M25	12M24
Capital de terceiros (Passivo circulante + Passivo não circulante)	15.070.21	13.509.078
Capital Próprio (patrimônio líquido)	6.699.362	6.862.371
Capital total (terceiros + próprio)	21.769.383	20.371.449
Parcela de capital de terceiros	69%	66%
Parcela de capital de próprio	31%	34%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em março/25 as disponibilidades de caixa (caixa e aplicações financeiras) que a São Martinho possuía eram mais que suficientes para liquidar o montante de amortização de dívida previsto para os quatro anos seguintes.

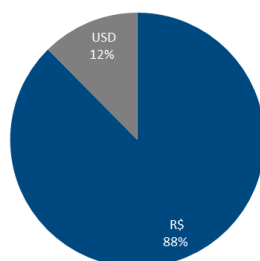
d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Para administrar o capital de giro, as necessidades de recursos financeiros, bem como os investimentos em ativos não circulantes, a Companhia acessa recursos do mercado financeiro e de capitais, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	mar-25	mar-24	Var%.
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	1.953.079	1.216.748	60,5%
BNDES/FINAME	2.028.052	1.721.113	17,8%
Capital de Giro/ NCE (Nota de Crédito de Exportação)	378.501	720.991	-47,5%
Debêntures	2.447.440	2.317.492	5,6%
PPE (Pré-Pagamento de Exportação)	58.755	102.700	-42,8%
International Finance Corporation (IFC)	1.223.634	457.774	167,3%
Dívida Bruta Total	8.089.461	6.536.818	23,8%
Disponibilidades	3.163.227	3.222.009	-1,8%
Dívida Líquida	4.926.234	3.314.809	48,6%
% Dívida Líquida em moeda estrangeira (USD)	12,4%	10,3%	2,1 p.p.
EBITDA Ajustado LTM	3.445.216	3.070.147	12,2%
Dívida Líquida / EBITDA Aj. LTM - BRL	1,43 x	1,08 x	32,4%
Dívida Líquida / EBITDA Aj. LTM - USD ¹	1,40 x	1,11 x	25,8%

¹ - PTAX médio diário 12 meses: mar/25: R\$ 5,61 e mar/24: R\$ 4,93

No gráfico abaixo, destacamos a visão do endividamento líquido, denominada em Reais (R\$) e em Dólares (USD).



e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e, caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pode captar empréstimos e financiamentos de terceiros

como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes. Inclusive, caso ocorra deficiência de liquidez a longo prazo, poderão ser utilizadas as terras próprias da companhia, avaliadas em aproximadamente R\$ 6,3 bilhões a valor de mercado (conforme divulgado em Fato Relevante em 26 de dezembro de 2023), que estão desoneradas e podem ser, portanto, utilizadas como garantia em cenários de stress.

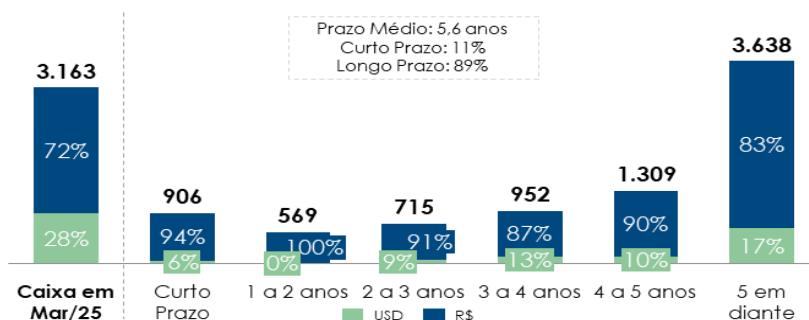
f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Com base na Resolução nº. 2.471/98 do Banco Central do Brasil e outros diplomas legais vigentes, a Companhia e a Usina Santa Luiza securitizaram em 1998, 1999 e 2000 a dívida assegurada junto às instituições financeiras, através de aquisição, no mercado secundário, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Esses financiamentos securitizados, registrados como "Créditos rurais securitizados", estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante o resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras. Referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O desembolso das empresas durante os 20 anos de vigência desta securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3,9% e 4,96% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, limitado a 9,5% ao ano até a data do pagamento anual.

Esta obrigação foi registrada nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2022, de 2021 e 2020, de acordo com o valor destes desembolsos futuros, ajustados a valor presente.

O cronograma de amortização das obrigações financeiras (em milhões de reais) vigentes em 31 de março de 2025, segue detalhado a seguir:



Vencimento	Controladora (R\$ mil)	Consolidado (R\$ mil)
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	566.587	568.774
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	713.045	715.300
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	949.868	952.195
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	1.306.788	1.309.189
De 1º/04/2030 a 31/03/2031	616.605	619.083
De 1º/04/2031 a 31/03/2032	1.114.307	1.116.864
De 1º/04/2032 a 31/03/2033	310.367	313.007
De 1º/04/2033 a 31/03/2034	278.692	281.417
De 1º/04/2034 a 31/03/2035	434.921	437.734
A partir de 1º/04/2035	848.693	869.601
	7.139.873	7.183.164

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de março de 2025, a Companhia não possuía qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas existentes em 31 de março de 2025 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Na tabela abaixo destacamos os covenants financeiros existentes nos contratos de empréstimos e financiamento da Companhia:

Operação	Parâmetros	2025	2024	2023
Financiamento BNDES	Dívida líquida ¹ / EBITDA $\leq$ 3,0	2,0 x	1,2 x	1,5 x
	Ativo Circulante/Passivo Circulante $\geq$ 1x	2,43x		
Financiamento Rabobank	Dívida Financeira líquida ² / EBITDA $\leq$ 4,0	1,2 x	0,6 x	0,8 x
Debêntures	Dívida financeira líquida ajustada ³ / EBITDA $\leq$ 4,0	1,2 x	0,6 x	0,8 x
	Índice de liquidez corrente $\geq$ 1,0x	2,4 x	2,2 x	2,2 x
Empréstimo IFC	Dívida líquida ⁴ / EBITDA (para 4T) $\leq$ 4,0x	1,9 x	1,2 x	1,5 x
	Pagamentos diferidos de ativos adquiridos $\leq$ 200 .000	0	0	11.571
	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida $\geq$ 1,0x (se positivo)	-22,6 x	-13,5 x	-13,9 x
	Maior nível do índice de cobertura do serviço da dívida $\geq$ 1,0x (se positivo)	3,6 x	9,4 x	6,9 x

A Companhia possui covenants financeiros com 4 contrapartes, cujas respectivas definições de dívida líquida diferem entre si, razão pela qual o resultado dos indicadores no quadro acima, na mesma data, é diferente. Já a definição de EBITDA é em comum em todos os contratos.

Segue abaixo detalhamento dos indicadores:

EBITDA: significa o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

1. Financiamentos celebrados entre a São Martinho e o BNDES (diretos e indiretos):

A Companhia deverá observar o seguinte índice financeiro: Dívida Líquida¹/ EBITDA em limite igual ou inferior a 3,0, sendo:

Dívida Líquida¹: Dívida Onerosa (empréstimos e financiamentos, debêntures, Financiamentos por arrendamento financeiro e outros passivos com características semelhantes, classificados no passivo circulante ou não circulante), deduzida dos valores do caixa e equivalentes e caixa e das aplicações financeiras.

Na data de 31 de março de 2025 a Dívida Líquida¹ era de R\$ 7.668,7 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 3.919,6 milhões, resultando em 2,0 x.

Ativo circulante dividido por Passivo circulante maior ou igual a 1.

2. Financiamentos celebrados entre a São Martinho e o Rabobank:

A Companhia deverá observar o seguinte índice financeiro: Dívida Financeira Líquida²/ EBITDA em limite igual ou inferior a 4,0, sendo:

Dívida Financeira Líquida² da companhia significa, a qualquer momento, sem duplicação, (a) todas as dívidas (não incluídas as obrigações com fornecedores, tributos, dividendos, provisões e demais contas a pagar) em relação à (i) valores emprestados, incluindo, mas não se limitando a, obrigações relacionadas com empréstimos e cartas de créditos e (ii) todas as obrigações de pagamento evidenciadas por títulos, debêntures, notas promissórias, que não sejam representativas ou outros títulos semelhantes - a partir das quais serão deduzidos os montantes atribuíveis à variação cambial sobre a parcela de longo prazo de dívida em dólar, menos (b) o seu caixa e equivalente de caixa.

Na data de 31 de março de 2025 a Dívida Financeira Líquida² era de R\$ 4.812,3 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 3.919,6 milhões, resultando em 1,2 x.

3. Debêntures celebrados em 2021 e 2022, entre a São Martinho e o coordenador líder Itaú (3ª e 5ª emissão), e entre São Martinho e coordenador líder XP Investimentos em 2022 (4ª emissão):

A Companhia deverá observar o seguinte índice financeiro: Dívida Financeira Líquida Ajustada³/ EBITDA em limite igual ou inferior a 4,0, sendo:

Dívida Financeira Líquida Ajustada³: significa, qualquer valor devido, em decorrência de (i) empréstimos, mútuos, financiamentos ou outras dívidas financeiras, incluindo arrendamento mercantil, leasing financeiro, títulos de renda fixa, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias ou instrumentos similares; (ii) aquisições a pagar; (iii) saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos; (iv) cartas de crédito, avais, fianças, coobrigações e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas respectivas demonstrações financeiras; e (v) obrigações decorrentes de resgate de valores mobiliários representativos do capital social e pagamento de dividendos ou lucros declarados e não pagos, se aplicável; deduzida do somatório das disponibilidades, aplicações financeiras, ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos) e títulos e valores mobiliários, livres e desembaraçados de quaisquer Ônus; e deduzida dos estoques (exceto quaisquer estoques obsoletos) informados pela Companhia.

Na data de 31 de março de 2025 a Dívida Financeira Líquida Ajustada³ era de R\$ 4.603,5 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 3.919,6 milhões, resultando em 1,2 x.

4. Empréstimo IFC celebrado em 2017 e 2021, entre a São Martinho e o IFC. A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros:

a. Índice de liquidez corrente em limite igual ou superior a 1,0, sendo:

Índice de liquidez corrente significa o resultado obtido da divisão ativo circulante pelo passivo circulante.

Na data de 31 de março de 2025, o ativo circulante era R\$ 6.305,2 milhões e o passivo circulante era R\$ 2.589,6 milhões, resultando em 2,4x.

b. Dívida Líquida⁴/ EBITDA (para 4T) em limite igual ou inferior a 4,0

Dívida Líquida⁴: Dívida Onerosa (empréstimos e financiamentos, debêntures, Financiamentos por arrendamento financeiro e outros passivos com características semelhantes, classificados o passivo circulante ou não circulante), deduzida dos valores do caixa e equivalentes e caixa e das aplicações financeiras e da variação cambial de longo prazo.

Na data de 31 de março de 2025 a Dívida Líquida⁴ era de R\$ 7.642,7 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 3.919,6 milhões, resultando em 1,9 x.

c. Pagamentos diferidos de ativos adquiridos em limite igual ou inferior a R\$ 200.000, sendo:

Pagamentos diferidos de ativos adquiridos significa qualquer dívida da companhia relativa ao preço de compra diferido de ativos ou serviços (exceto contas comerciais incorridas e a pagar no curso normal dos negócios a credores/fornecedores comerciais dentro de 90 dias da data em que foram incorridas e que não estejam vencidas).

Na data de 31 de março de 2025 os Pagamentos Diferidos de Ativos eram de R\$ 0 milhões no Passivo Circulante e R\$ 0 no ativo não circulante, resultando em R\$ 0 milhões.

d. Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (se positivo) em limite igual ou superior a 1,0, sendo: Índice de cobertura do serviço da dívida, obtido pela razão calculada em dólar:

(a) EBITDA dos últimos quatro trimestres mais (b) receita financeira para os últimos quatro trimestres, ambos convertidos pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres;

(b) Dívida Bruta⁶ de curto prazo menos o Excesso de Caixa (Caixa menos R\$ 75 milhões), ambos convertidos pelo dólar do último exercício fiscal, mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres, convertidas pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres.

Na data de 31 de março de 2025: EBITDA dos últimos quatro trimestres mais (b) receita financeira para os últimos quatro trimestres era de US\$ 766,4 milhões;

Dívida Bruta⁶ de curto prazo mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres menos o excesso de caixa (Caixa de R\$ 629 milhões) reportados no último trimestre, totalizando US\$ - 33,9 milhões. Este indicador está negativo, pois o excesso de caixa da Companhia é superior à dívida de curto prazo mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres. Resultando em -22,6 x.

a. Maior nível do índice de cobertura do serviço de dívida (se positivo) em limite igual ou superior a 1,0, sendo:

Maior nível do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida significa a divisão calculada em dólares do:

(a) EBITDA dos últimos quatro trimestres mais receita financeira dos últimos 4 trimestres, ambos convertidos pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres;

(b) O maior valor de vencimentos de dívidas financeiras por exercício fiscal durante o prazo de vigência da dívida com o IFC, menos excesso caixa reportado no último trimestre, ambos convertidos pelo dólar do último exercício fiscal, mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres, convertidas pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres.

Para fins de esclarecimento na data de 31 de março de 2025:

EBITDA dos últimos quatro trimestres mais (b) receita financeira para os últimos quatro trimestres era de US\$ 766,4 milhões, o maior valor de vencimentos de dívidas financeiras por exercício fiscal, até o vencimento final da dívida com o IFC, mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres menos excesso caixa reportado no último trimestre era de US\$ 213,8 milhões, resultando em 3x.

Adicionalmente, a Companhia informa que os contratos de empréstimos e financiamentos indicados na tabela acima possuíam os seguintes saldos em 31 de março de 2025: Financiamento BNDES: R\$ 1.832 milhões; Financiamento Finep R\$ 141 milhões; Empréstimo IFC: R\$ 1.505 milhões; Empréstimo Rabobank: R\$ 59 milhões; Debêntures: R\$ 2.502 milhões.

Os saldos acima consideram as comissões já pagas e provisionadas para diferimento ao longo da vida útil dos contratos. Os empréstimos e financiamentos atualmente possuem outras restrições conforme padrão de mercado, tais como: transferência do controle acionário, direto ou indireto, sem a prévia anuência do credor; requerer recuperação judicial ou submeter pedido de recuperação extrajudicial; pedido de liquidação ou falência não elidido no prazo legal, restrição para cessão, venda, alienação e/ou qualquer outra forma de transferência, gratuita ou onerosa, de todos ou substancialmente todos os seus respectivos ativos, exceto se (i) previamente autorizado pelo credor; ou (ii) a destinatária de tal transferência seja quaisquer de suas controladas; alteração de seu objeto social de modo a alterar suas atividades principais; ocorrência de qualquer mudança, transferência ou cessão direta ou indireta, de seu controle societário/acionário, ou ainda sua incorporação, fusão ou cisão, de forma alterar o controle; teto mínimo de inadimplemento de obrigações financeiras inclusive protestos; cancelamento do registro de companhia emissora de valores mobiliários; cumprimento pela companhia da legislação socioambiental.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de março de 2025 a Companhia possuía R\$ 42 milhões disponíveis em linha de crédito junto ao BNDES e não utilizados. A posição em 31 de março de 2024 era de R\$ 107 milhões disponíveis em linha de crédito e não utilizados.

Em 31 de março de 2025 a Companhia possuía R\$ 191 milhões disponíveis em linha de crédito junto ao FINEP e não utilizados.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

A seguir são apresentadas as principais alterações nas demonstrações de resultado e de fluxo de caixa, referentes ao exercício em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Análise comparativa entre o exercício findo em 31 de março de 2025 (12M25) e 2024 (12M24):

	12M25	12M24	Δ 12M25/12M24
Receita bruta	7.559.970	7.242.929	4,4%
Deduções da receita bruta	(397.936)	(351.191)	13,3%
Receita líquida	7.162.034	6.891.738	3,9%
Custo dos produtos vendidos (CPV)	(5.376.732)	(5.216.291)	3,1%
Lucro bruto	1.785.302	1.675.447	6,6%
Margem bruta (%)	24,9%	24,3%	0,6 p.p
Receitas (despesas) operacionais	(267.899)	856.038	-131,3%
Despesas com vendas	(262.564)	(255.455)	2,8%
Despesas gerais e administrativas	(340.066)	(343.266)	-0,9%
Resultado de equivalência patrimonial	9.456	8.318	13,7%
Outras receitas, líquidas	325.275	1.446.441	-77,5%
Lucro operacional	1.517.403	2.531.485	-40,1%
Resultado financeiro	(1.014.629)	(744.864)	36,2%
Receitas financeiras	378.732	333.691	13,5%
Despesas financeiras	(1.050.689)	(939.183)	11,9%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(126.467)	(93.894)	34,7%
Derivativos	(216.205)	(45.478)	375,4%
Lucro antes do IR e CS	502.774	1.786.621	-71,9%
IR e contribuição social - corrente	(9.570)	(514.421)	-98,1%
IR e contribuição social - diferidos	63.527	204.079	-68,9%
Lucro líquido do exercício	556.731	1.476.279	-62,3%
Margem líquida (%)	7,8%	21,4%	-13,6 p.p

Receita Líquida Total: A receita líquida total auferida no 12M25 foi R\$ 7.162 milhões, uma expansão de 3,9% em relação à safra anterior, decorrente da melhor performance do etanol, com maiores volumes (+4,0%) e preços (+14,6%), parcialmente compensada pela menor quantidade de açúcar vendido (-9,4%), e preços em linha com a safra passada.

Os principais direcionadores para a performance de preços na safra se deram, principalmente, pelo

(i) redução do preço do açúcar no mercado internacional, dado a relação mais apertada entre a oferta e demanda, somado à volatilidade cambial, (ii) aumento do preço do etanol no mercado doméstico e (iii) maiores volumes comercializados de etanol.

Considerando o cenário acima exposto, abaixo está o detalhamento na receita líquida, por produto:

Receita líquida de Açúcar: Na safra 2024/25 a receita recuou 9,8% frente a safra anterior, totalizando R\$ 3.266,4 milhões, motivado por menores preços (-9,4%).

Receita líquida de Etanol: Ao final da Safra 2024/25 a receita do biocombustível totalizou R\$ 3.215,7 milhões (19,2% vs. 12M24), resultado de maiores preços praticados (14,6%), parcialmente compensados por maiores volumes comercializados (+4,0%). Adicionalmente, ao longo da safra foram comercializados 1.217,5 mil CBIOs, com preço médio líquido de R\$ 54,8/CBIO.

Receita líquida de Energia: No 12M25 a receita líquida totalizou R\$ 233,3 milhões, representando um aumento de 21,8% vis-à-vis 12M24, reflexo principalmente da maior quantidade (22,8%) comercializada, com preços em linha com a safra anterior.

Receita Líquida de Levedura: Na safra 2024/25 a receita atingiu R\$ 48,9 milhões, uma redução de 19,1%, reflexo de uma redução nas quantidades comercializadas (+17,9%) e uma redução de preços (-1,5%).

CPV (Custo dos Produtos Vendidos): No 12M25, o CPV totalizou R\$ 3.493,8 milhões, em linha com 12M24, resultado de um aumento dos custos unitários associados à operação de cana-de-açúcar (+4,1% vs. 12M24), compensado pela redução dos custos de processamento de milho, principalmente na compra de matéria prima

Despesas com Vendas: No acumulado da Safra, tais despesas acumularam R\$ 262,6 milhões (+2,8% vs. 12M24), decorrente do maior volume de etanol entregue.

Despesas Gerais e Administrativas: As Despesas Gerais e Administrativas somaram R\$ 340,1 milhões no acumulado da Safra 2024/25, em linha com as despesas da Safra anterior, decorrem do aumento nas despesas caixa referentes à mão de obra e itens gerais, compensadas pela redução na marcação a mercado das opções que acompanham a variação de preço das ações da Companhia.

Resultado Financeiro: O Resultado Financeiro (Caixa) acumulou uma despesa de R\$ 413,2 milhões no acumulado da Safra 2024/25 (+15,1% vs. 12M24), reflexo do aumento da dívida líquida.

Considerando as rubricas sem-impacto caixa (e Resultados de Negócios Imobiliários), o resultado financeiro totalizou uma despesa de R\$ 1.044,9 milhões (+36,6% vis-à-vis 12M24), reflexo, principalmente, da marcação a mercado dos contratos derivativos de dívidas de longo prazo (SWAP), devido a oscilações do CDI.

Lucro Líquido: No acumulado da safra, o Lucro Líquido totalizou R\$ 556,7 milhões (-62,3%) reflexo do término do recebimento das parcelas do Precatório Copersucar (IAA), além da melhor performance do etanol e do reconhecimento de créditos tributários no segundo semestre.

FLUXO DE CAIXA

Análise comparativa entre o exercício findo em 31 de março de 2025 (12M25) e 2024 (12M24):

SÃO MARTINHO S.A.	12M25	12M24	Var. (%)
Em milhares de Reais Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.689.537	3.766.258	-29%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-1.744.570	-2.496.082	-30%
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	-220.552	-1.333.266	-83%
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-30.387	-5.757	n.m.
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	724.415	-68.847	n.m.

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais: As atividades operacionais, em 12M25, geraram um fluxo de caixa líquido de R\$ 2,689 bilhões, representando uma redução de cerca de 29% em comparação com 12M24. A variação na geração de caixa se deve, principalmente, por um lucro líquido menor em 12M25 (vis-à-vis 12M24).

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos: O fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de investimento, em 12M25, foi de R\$ 1,744 bilhões, se comparado ao caixa líquido consumido em 12M24, de R\$ 2,496 bilhões, a variação negativa foi de 30%. A evolução no caixa líquido das atividades de investimento, decorre principalmente de aplicações financeiras no período.

Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades de financiamentos: Em 12M25, a Companhia consumiu R\$ 221 Milhões do Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento. O dispêndio de caixa no período se deve principalmente a aportes monetários das captações de instrumentos de dívida no mercado de capitais.

2.2. Os diretores devem comentar

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

	12M25	12M24	Δ 12M25/12M24
Receita Líquida Total ¹	7.199.269	6.922.301	4,0%
Açúcar	3.266.412	3.620.797	-9,8%
Etanol	3.215.675	2.696.851	19,2%
Cana	2.635.007	2.304.787	14,3%
Milho	580.668	392.064	48,1%
Energia Elétrica	233.345	191.650	21,8%
Levedura	48.852	60.417	-19,1%
DDGS	148.462	103.129	44,0%
CBIOS	66.772	75.506	-11,6%
Outros	219.751	173.951	26,3%
Receita Líquida - Cana	6.434.493	6.407.145	0,4%
Receita Líquida - Milho	764.776	515.156	48,5%

1 - Exclui efeito de Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC e inclui a Receita Financeira de Negócios Imo bilidários

Considerando a composição da receita líquida, há uma preponderância da contribuição da comercialização do açúcar e etanol pela Companhia, os quais atendem à demanda do mercado nacional (principalmente o etanol) e mercado internacional (principalmente o açúcar). Adicionalmente, conforme demonstrado na tabela acima, com relação aos últimos dois exercícios sociais, os negócios relacionados aos CBIOS (créditos de descarbonização) referentes ao Renovabio (Política Nacional de Biocombustíveis instituída pela Lei 13.576/2017, que tem como principal objetivo ampliar a participação dos biocombustíveis na matriz de combustíveis no país), e atrelados às vendas de etanol, vêm aumentando sua contribuição nos

resultados da Companhia. Destaca-se, ainda, que ao longo dos últimos anos houve aumento da comercialização de levedura, considerando o aumento no volume de produção do produto, que também, pode ser favorecido não somente por seu preço, mas pela volatilidade cambial.

Dessa maneira, entende-se que conforme indicado no item (ii) abaixo, a receita da Companhia é impactada pelos seguintes fatores: (i) cenário da oferta de açúcar no mercado mundial, (ii) preço internacional do petróleo, e por consequência, preço da gasolina no Brasil, (iii) demanda por combustíveis; (iv) flutuações da moeda; (v) sazonalidade; e (vi) inflação.

i. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores entendem que os resultados operacionais foram influenciados e continuarão a ser influenciados pelos seguintes fatores-chave:

Relação da Oferta e Demanda no Mercado de Açúcar, e de Etanol

Os dois principais derivados de cana-de-açúcar produzidos pela Companhia – etanol e açúcar – são afetados pela relação de oferta e demanda nos mercados dependentes desses produtos e pelos preços de mercado. Para o mercado de açúcar, podemos ser influenciados pela oferta de açúcar bruto por outros países produtores e exportadores, como exemplo, Índia e Tailândia (ainda que o Brasil seja o maior exportador do produto). A precificação, portanto, realizada com base nos preços internacionais e denominados em dólar estadunidense, poderá afetar a performance operacional da Companhia. Para isso, a empresa se utiliza comumente, por exemplo, da estratégia de hedge futuro dos preços de açúcar, no intuito de potencializar e proteger seus resultados. Importante mencionar que, para a Companhia, é fundamental a análise da dinâmica e fundamentos do mercado, considerando o resultado do preço do produto denominado em dólar combinado com o câmbio em reais, que muitas vezes, pode mitigar possíveis variações nos preços finais.

Para o mercado de etanol, no qual o Brasil é um dos principais produtores mundiais, grande parte da oferta se concentra no mercado local considerando a demanda pelo produto, principalmente, pelo ciclo Otto, com carros movidos a etanol e gasolina. Os preços de etanol sofrem influência do preço da gasolina no mercado local, (e que está relacionada ao preço internacional do petróleo somado ao câmbio), dado a paridade em relação ao preço da gasolina no mercado local, podendo, portanto, sofrer variações, além da influência de políticas governamentais.

O preço do etanol que a Companhia vende no Brasil é fixado de acordo com os preços de mercado, utilizando como referência os índices publicados pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ e pela B3. Com relação à parcela do etanol que a Companhia exporta, seus preços são estabelecidos com base nos preços do mercado internacional.

Preço Internacional do Petróleo e Preço da Gasolina no Brasil

Conforme já citado, o preço internacional do petróleo pode afetar os resultados da Companhia, uma vez que este consiste na base para a formação de preço da gasolina no mercado brasileiro, somado à volatilidade cambial, que por consequência, afeta a relação de paridade do preço do etanol em relação à gasolina.

Demanda por Combustíveis

A demanda por etanol e gasolina é suscetível à volatilidade relacionada ao nível de atividade econômica no Brasil, e à percepção de preços nos postos de combustível. A Administração entende que uma diminuição na atividade econômica poderia afetar negativamente a demanda por combustíveis.

Flutuações da moeda

Conforme citado anteriormente, uma proporção significativa das vendas de açúcar da Companhia é realizada em dólares estadunidenses, além de etanol também exportado para

regiões diversas. Portanto, uma depreciação do real em relação à outras moedas, como o dólar estadunidense, teria o efeito de aumentar a receita das vendas da Companhia. Uma valorização do real em relação à essas moedas teria o efeito oposto. No entanto, é importante salientar que, mesmo com as tendências com base na flutuação de moedas, acima descritas, para a Companhia, é fundamental a análise considerando o resultado do preço do produto combinado com o câmbio, que muitas vezes, pode mitigar possíveis variações nos preços finais.

Uma proporção da dívida da Companhia está atrelada à cotação dos dólares estadunidenses. Logo, uma depreciação do real em relação ao dólar estadunidense aumentaria a carga da dívida e despesas financeiras relacionadas da Companhia. Entretanto, a Companhia pode contar com operações de swap de dívidas, além de contas a receber e outros ativos financeiros baseados em dólares estadunidenses, que poderiam mitigar o impacto que uma depreciação do real teria sobre a posição financeira da Companhia. Uma valorização do real em relação ao dólar estadunidense tenderia a ter o efeito oposto.

Sazonalidade

A Companhia está sujeita a tendências sazonais baseadas no ciclo de cultivo da cana-de-açúcar no Brasil. O período anual de colheita da cana-de-açúcar no Brasil tem início em abril/maio e termina em meados de novembro/dezembro, dependendo da produtividade dos canaviais e condições climáticas no período. Esse cenário poderia criar variações no estoque de produtos acabados, como açúcar e etanol, que são os principais componentes da receita da Companhia. Adicionalmente, a Companhia tem ampla capacidade de estocagem, tanto para o açúcar, como para o etanol ao longo da safra, que suportam a comercialização dos produtos, conforme definido pela estratégia de comercialização no período, com o objetivo de potencializar resultados de acordo com o cenário vigente no período. Entende-se que os demais segmentos comerciais da Companhia são pouco afetados ou não estão sujeitos a tendências sazonais significativas.

Inflação

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia ao aumentar algumas das despesas operacionais. Essas despesas operacionais incluem custos trabalhistas, arrendamentos, despesas administrativas gerais e de venda, insumos, dentre outros. Ao mesmo tempo, parte das receitas da Companhia, também são reajustadas por índices inflacionários, como IPCA, e IGPM, como exemplo, em contratos de energia elétrica, nos quais a Companhia faz parte.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Em linha com os comentários realizados no item 2.2 (a), os Diretores entendem que as variações na receita operacional líquida no período findo em 31 de março de 2025 e nos exercícios social encerrado em 31 de março de 2024, principalmente, (i) por variações do preço internacional do açúcar em dólar estadunidense, (ii) por variações do preço da gasolina, afetada pelo preço internacional do petróleo, (iii) pela volatilidade cambial, que afeta os preços em dólares estadunidenses convertidos em real, (iv) por variações da oferta global de açúcar, (v) por variações da oferta de etanol, notadamente, no país, (vi) pela variação do volume de vendas dos produtos, principalmente, açúcar e etanol, refletindo decisão da Companhia na definição do mix de produção entre os produtos. Adicionalmente, a Companhia ressalta que, (i) houve o aumento no volume de comercialização de CBIOS (créditos de descarbonização) ao longo dos últimos anos, quando iniciou-se oficialmente, a negociação desse ativo, pela B3, além (ii) do aumento no volume de levedura ao longo dos últimos anos, refletindo, o aumento da produção do produto.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Conforme disposto ao longo dos itens 2.1 e 2.2, uma proporção significativa das vendas de açúcar da Companhia é realizada para o mercado externo, assim como parte das vendas

etanol, sendo, portanto, negociadas em outras moedas. A estratégia de proteção cambial da Companhia visa mitigar as flutuações de curto e médio prazo, aumentando a previsibilidade de resultado de curto e médio prazo. No entanto, os efeitos do câmbio impactam a formação de preço de commodities negociadas pela Companhia.

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia ao aumentar algumas das despesas operacionais baseadas em reais (e não ligadas à moeda estrangeira). Essas despesas operacionais incluem custos trabalhistas, arrendamentos e despesas administrativas gerais e de venda. No entanto, conforme citado no item 2.2 (a) acima, parte das receitas da Companhia, também são reajustadas por índices inflacionários, como IPCA, e IGPM, como exemplo, em contratos de energia elétrica, nos quais a Companhia faz parte.

As principais taxas indexadoras aplicáveis aos nossos negócios no exercício social encerrado em 31 de março de 2025, são o CDI e IGP-M, além do IPCA.

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não ocorreram mudanças nas práticas contábeis que tenham efeitos significativos para os itens 2.1 e 2.2.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não há ressalvas e ênfases presentes no relatório do emissor.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em outubro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a implantação de uma unidade produtora de Biometano, no município de Américo Brasiliense, em São Paulo, com capacidade aproximada de 15,6 milhões de Nm³ de Biometano durante o período de moagem, além da geração de Cbios referentes à produção de combustível renovável. O início da operação está previsto para o segundo semestre de 2025, com aproximadamente 40% da capacidade da planta entregue na safra 25/26 e 100% a partir da safra 26/27, conforme divulgado no fato relevante de 30 de outubro de 2023.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não ocorreram constituições, aquisições ou alienações de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais que pudessem impactar as demonstrações financeiras da Companhia.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

a) A Diretoria avalia o desempenho comercial com base, principalmente, na margem operacional, ou spread entre o preço médio dos produtos e a soma do custo dos produtos

vendidos e despesas operacionais. Concentra-se no volume e qualidade dos produtos produzidos, no preço e custo por unidade vendida e, finalmente, no EBITDA. O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia. Define-se EBITDA como:

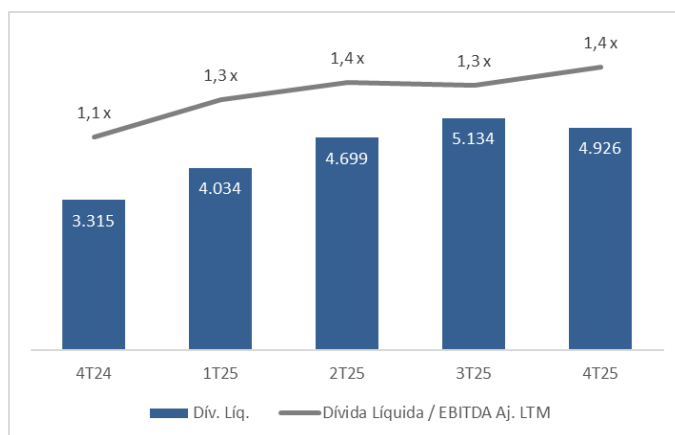
- lucro operacional
- menos despesa financeira líquida
- menos depreciação e amortização

A Diretoria acredita que o EBITDA constitui ferramenta útil de medida do desempenho de fluxo de caixa operacional. No entanto, o EBITDA não constitui medida reconhecida pelo BR GAAP ou pelo IFRS, não tem um significado padronizado e como nem todas as empresas utilizam cálculos idênticos, a apresentação do EBITDA da São Martinho talvez não possa ser comparada a outras medidas semelhantes ou ao fluxo de caixa livre, utilizado discricionariamente pela Companhia, pois não considera certas necessidades de caixa, tais como Capex, pagamentos de juros, pagamentos de imposto e pagamentos de serviço de dívida. O EBITDA não deverá ser considerado alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicativo do desempenho operacional da Companhia, nem como alternativa ao fluxo de caixa, como indicativo de liquidez.

Adicionalmente, é divulgado o EBITDA Ajustado, definido abaixo:

- EBITDA
- desconsiderando itens não caixa lançados no CPV (Custo do Produto Vendido)
- desconsiderando receitas e (despesas) operacionais – não recorrentes
- desconsiderando o resultado de equivalência patrimonial
- desconsiderando vencimento de dívida (Hedge Accounting)
- desconsiderando os impactos da adoção da norma contábil IFRS 16 – arrendamentos a partir do exercício encerrado em 31 de março de 2019
- considerando a receita financeira de Negócios Mobiliários

O índice de dívida líquida/EBITDA Ajustado LTM é o resultado da dívida líquida ao final do exercício social ou período aplicável dividido pelo EBITDA Ajustado para os 12 últimos meses encerrados nos referidos exercícios sociais ou períodos. Abaixo segue índice para os trimestres e encerramento do ano-safra 2024/2025:



b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A reconciliação do EBITDA Ajustado ao EBITDA contábil, em relação ao último exercício social (31/03/2025 – 12M25) comparado ao exercício social anterior (31/03/2024 – 12M24) segue abaixo:

	12M25	12M24	Δ 12M25/12M24
Lucro Antes do Imposto de Renda ¹	502.772	1.786.621	-71,9%
Depreciação e Amortização ¹	(2.402.179)	(2.357.244)	1,9%
Despesa Financeira Líquida	(1.014.627)	(744.864)	36,2%
EBITDA Contábil ¹	3.919.578	4.888.729	-19,8%
Margem (%)	54,4%	70,6%	-16,2 p.p.
Direitos Copersucar	-	(1.213.646)	-100,0%
Efeito não Caixa do IFRS 16	(565.303)	(631.744)	-10,5%
Resultados de Negócios Imobiliários	6.918	1.807	n.m
Resultado de Equivalência Patrimonial	(9.456)	(8.318)	13,7%
Vencimento de Dívida (Hedge)	30.317	19.957	51,9%
Opções Virtuais - Não exercíveis	509	3.048	-83,3%
Ativos Biológicos	62.653	10.315	n.m
EBITDA Ajustado	3.445.216	3.070.147	12,2%
Margem (%)	47,9%	44,4%	3,5 p.p.
(-) Depreciação e Amortização	(1.873.792)	(1.840.303)	1,8%
EBIT Ajustado	1.571.424	1.229.844	27,8%
Margem (%)	21,8%	17,8%	

¹ - Contempla os impactos do IFRS 16

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que o EBITDA e o EBITDA Ajustado, são medidas não contábeis mais apropriadas para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações porque mostra o verdadeiro lucro contábil a partir das atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social, sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. A maioria dos analistas de mercado utiliza este indicador para analisar múltiplos que, normalmente, não são divulgados nos resultados por uma questão de práticas de mercado.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Conforme mencionado na nota explicativa 31 das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de março de 2025, em fato relevante divulgado em 19 de maio de 2025 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do Conselho de Administração realizada nesta data ("RCA"), foi aprovada a 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente).

As Debêntures servirão de lastro para a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da 104ª (centésima quarta) emissão da Vert Companhia Securitizadora, nos termos Lei nº 11.076/2004 e normativos da CVM, em especial a Resolução CVM nº 60/2021.

Serão emitidas até 1.250.000 (um milhão, duzentas e cinquenta mil) Debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), de forma que a Emissão terá valor total inicial de até R\$ 1.250.000.000,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta milhões de reais), podendo ser diminuído, desde que observado o montante mínimo de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

Regras sobre retenção de lucros	De acordo com o Estatuto Social, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: a) 5% de reserva legal, até o limite de 20% do capital social; b) 25% como dividendo obrigatório; c) remanescente ficará à disposição da assembleia geral, que poderá deliberar, por proposta da administração, pela retenção da parcela do lucro líquido do exercício previsto em orçamento de capital, por ela previamente aprovado, na forma do Artigo 196 da Lei das S.A. A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que serão excluídos da base de cálculo do dividendo obrigatório.
Valores das retenções de lucros e percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício encerrado em 31 de março de 2025, foram retidos: a) R\$ 27.836.549,57 para Reserva Legal; b) R\$ 235.411.318,31 para reserva de orçamento de capital, a ser destinado a investimentos planejados relacionados, principalmente, com Capex de Melhoria Operacional, Projetos de Investimentos e/ou Capital de Giro. A retenção do lucro líquido total declarado, deduzido o valor da reserva legal, corresponde a 57%.
Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com a Política vigente, como remuneração aos acionistas, a Companhia irá distribuir anualmente por meio de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, no mínimo: (i) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme definido no Estatuto Social ou (ii) 40% do Lucro Caixa, o que for maior. Mediante proposta da Diretoria e aprovação do Conselho de Administração, a Companhia pode pagar juros sobre capital próprio, os quais serão imputados líquidos do imposto de renda na fonte, aos dividendos intermediários ou ao dividendo anual.
Periodicidade das distribuições de dividendos	Os dividendos serão distribuídos anualmente. De acordo com o Estatuto, a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. Poderá, ainda, por deliberação do Conselho de Administração, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação/regulação especial aplicável ao emissor, assim como administrativas/arbitrais	Além das previsões legais que autorizam restrições à distribuição de dividendos, como no caso de constituição de reserva para contingências, a Companhia está sujeita às restrições contratuais nesse sentido, caso esteja inadimplente com as obrigações pecuniárias estabelecidas em tais contratos. Até a apresentação deste Formulário, a Companhia cumpriu todas as obrigações contratuais e legislação aplicável e, portanto, não está sujeita a qualquer restrição nesse sentido.
Política de destinação de resultados	A Companhia possui Política de Remuneração aos Acionistas aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 9.12.2019, disponível no site de RI: https://ri.saomartinho.com.br/listgroup.aspx?idCanal=AtbRCN4YAJbUV3xXhcfxxQ=&lingua=pt&ano=2021

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iii. contratos de construção não terminada
- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.3.2025.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

	12M25	12M24	Δ 12M25/12M24
Plantio de Cana - Reforma	578.878	499.970	15,8%
Manutenção Entressafra (Industriais/Agrícolas)	552.895	534.846	3,4%
Tratos Culturais	879.240	845.900	3,9%
Manutenção	2.011.012	1.880.716	6,9%
Melhoria Operacional	102.425	197.413	-48,1%
Modernização/Expansão	532.929	406.778	31,0%
Tratos Culturais Não Recorrentes	86.425	-	n.m.
TOTAL GERAL	2.732.791	2.484.907	10,0%

O Capex de Manutenção totalizou R\$ 2.011,0 milhões, no acumulado da safra, representando um crescimento de 6,9% vis-à-vis 12M24. A expansão reflete, principalmente, iniciativas de plantio de cana-de-açúcar realizadas no período visando maior disponibilidade de matéria prima para safras subsequentes. Além disso, a postergação de plantio do 4T24 para 1T25 impactou as bases comparativas, potencializando as variações no trimestre e no acumulado da safra.

O Capex dedicado à Melhoria Operacional totalizou, no acumulado da safra até março, o Capex de Melhoria somou R\$ 102,4 milhões, redução de 48,1% frente a 12M24 reflexo da menor necessidade de reposição de maquinário agrícola e industrial.

O Capex de Expansão somou, no 12M25, R\$ 532,9 milhões devido ao cronograma de desembolso dos projetos anunciados para safra: i) Colhedora de 2 linhas na Unidade São Martinho, ii) Biometano na Unidade Santa Cruz, iii) expansão da capacidade de cristalização nas unidades de São Paulo, iv) expansão das áreas irrigadas nas unidades São Martinho e Santa Cruz.

Guidance de Capex – Safra 2025/2026

	Guidance 12M26	Realizado 12M25	Var. (%)
Capex de Manutenção	1.990,5	2.011,0	-1,0%
Melhoria Operacional	125,0	102,4	22,0%
Modernização/Expansão	200,0	532,9	-62,5%
Tratos Culturais Não Recorrentes	-	86,4	-100,0%
Capex Total	2.315,5	2.732,8	-15,3%

O Capex de Manutenção previsto para a Safra 2025/26 totaliza cerca de R\$ 2,0 bilhões, uma redução de 1% frente a 12M25, o que reflete uma normalização das atividades de plantio, tratos culturais e manutenção agroindustrial.

Para o Capex de Melhoria Operacional estima-se um desembolso de R\$ 125 milhões, representando uma expansão de 22,0% em relação a 12M25. O incremento previsto reflete o cronograma de reposições de frota agrícola e industrial.

Os investimentos em Modernização/Expansão projetados para a safra 2025/26 contemplam uma redução de 62,5% (vs. 12M25), totalizando R\$ 200,0 milhões, decorrente do cronograma de projetos aprovados na Safra 2024/25. Para Safra corrente, o montante inclui i) desembolsos residuais de projetos em fase de conclusão incluindo o projeto de Biometano, ii) a expansão do plano de irrigação da companhia visando maior resiliência frente a condições climáticas adversas, e iii) desembolso não-recorrente de manutenção da caldeira da Unidade Iracema devido ao incidente ocorrido em mar/25 e iv) investimentos menores que apresentam taxa de retorno desalavancado entre 15% e 20% a.a. em média.

O Capex Total para Safra 2025/26 está estimado em, aproximadamente, R\$ 2,3 bilhões, representando uma redução de 15,3% frente a 12M25.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os financiamentos são adquiridos através do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, bancos comerciais, emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), além de outras fontes do mercado de capitais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Etanol de Milho

Conforme divulgado ao mercado por via de Fato Relevante no dia 20 de janeiro de 2021 e 14 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da São Martinho aprovou, a implantação de uma unidade produtora de etanol a partir do processamento de milho, no município de Quirinópolis, em Goiás.

A nova unidade produtora, anexa à Usina Boa Vista, terá capacidade para produção anual aproximada de até:

- 210 mil m³ de etanol;
- 150 mil toneladas de DDGS (Dried Distiller's Grains with Solubles) – coproduto utilizado para ração animal; e
- 10 mil tons de óleo de milho.

Operação em plena capacidade está prevista a partir da safra 23/24 (330 dias de operação por ano).

O investimento estimado é de aproximadamente R\$ 740 milhões, contemplando ajustes na caldeira atual (minimizando o consumo de energia disponível), instalações industriais e armazenagem de milho (50% da capacidade). Os recursos serão financiados junto ao BNDES pelo prazo de até 20 anos.

O principal insumo utilizado será o milho (500 mil toneladas), adquirido na região Centro Oeste, além de vapor e energia (58.000 MWh), gerados por meio das caldeiras existentes.

Os impactos serão a criação de 1.400 empregos diretos e indiretos na região, além da geração de Cbios em montante relevante, dado o processo industrial alinhado às melhores práticas sustentáveis.

Biometano

Conforme divulgado ao mercado por via de Fato Relevante no dia 30 de outubro de 2023, o Conselho de Administração aprovou, a implantação de uma unidade produtora de Biometano ("Projeto"), no município de Américo Brasiliense, em São Paulo.

A unidade produtora, anexa à Unidade Santa Cruz ("USC"), terá capacidade para produção aproximada de 15,6 milhões de Nm³ de Biometano (Metro Cúbico Normal, padrão ANP) durante período de moagem, além da geração de Cbios referentes à produção de combustível renovável atrelada as melhores práticas de sustentabilidade.

O principal insumo utilizado na produção do Biometano será a vinhaça (100% do volume produzido na USC), proveniente da produção do etanol de cana-de-açúcar, além de outros insumos químicos e de energia renovável gerada pela unidade. O início da operação está previsto para o segundo semestre de 2025, com aproximadamente 40% da capacidade da planta entregue na safra 25/26 e 100% a partir da safra 26/27.

O Cronograma de desembolso da obra será 30% na safra atual (23/24), 60% na safra 24/25 e o restante na safra 25/26. O CAPEX estimado é de aproximadamente R\$ 250 milhões, contemplando o biodigestor (lagos), equipamentos de purificação e dessulfurização do biogás em Biometano, e investimentos em compressão e interligação com a rede de distribuição. O Projeto contará com o financiamento do BNDES e FINEP com prazo médio de aproximadamente 8 anos.

c. novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Conforme descrito no item anterior, o DDGS (Dried Distiller's Grains with Solubles) e Óleo de Milho são produtos utilizados no mercado animal com custos associados inclusos no Capex estimado da planta.

Adicionalmente, o Biometano produzido na Usina Santa Cruz está contratado por 5 anos, com possível extensão por mais 5 anos.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

No processo de avaliação de projetos e novas oportunidades de crescimento a companhia considera sua matriz de sustentabilidade e ESG (atualizada anualmente no Relatório Anual de Sustentabilidade) e potenciais externalidades associadas (tal como o potencial de geração de CBIOS).

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Anexo II
Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício
(Anexo A da Resolução CVM 81/2022)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31.3.2025 foi de R\$ 556.730.991,38 (quinhentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e trinta mil, novecentos e noventa e um reais e trinta e oito centavos). Este lucro, subtraindo o valor destinado à Reserva Legal de R\$ 27.836.549,57 (vinte e sete milhões, oitocentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e cinquenta e sete centavos) constitui lucro de R\$ 528.894.441,81 (quinhentos e vinte e oito milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e quarenta e um reais e oitenta e um centavos), base para fins de cálculo de distribuição de dividendos.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Considerando que o valor de dividendos mínimos obrigatórios é de R\$ 132.223.610,45 e o valor de dividendos complementares é de R\$ 167.776.143,89, os quais somados totalizam R\$ 299.999.754,34, que equivalem a R\$ 0,91302505086 por ação (desconsiderando as ações em tesouraria – data base: 31 de maio de 2025) e que já foram pagos a título de juros sobre capital próprio ("JCP"), o total bruto de R\$ 299.999.754,34, conforme item 6, "b", do presente anexo, não há dividendos adicionais a serem distribuídos.

Descrição	Valor por ação líquido	Valor total líquido
Dividendos mínimos obrigatórios	R\$ 0,40241189171	R\$ 132.223.610,45
Dividendos complementares	R\$ 0,51061315915	R\$ 167.776.143,89
Total	R\$ 0,91302505086	R\$ 299.999.754,34

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

O valor de R\$ 299.999.754,34 (duzentos e noventa e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) corresponde a 57% (cinquenta e sete por cento) do percentual do lucro líquido do exercício, deduzidos os valores da reserva legal.

Em dezembro de 2019 foi aprovada a política de dividendos que estabelece como diretriz a distribuição anual por meio de dividendos e/ou juros sob capital próprio equivalente a, no mínimo, 40% do lucro caixa ou 25% sobre o lucro líquido do exercício após deduzidos os prejuízos acumulados, constituição da reserva legal, dentre eles o que for maior.

A distribuição mínima de 40% do lucro caixa poderá não ser adotada, por recomendação do Conselho de Administração, em algumas hipóteses, sendo uma delas a utilização de capital relevante em função de investimento em seus negócios, programa de recompra de ações e/ou eventuais fusões e aquisições.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não houve distribuição de lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Não há saldo de dividendos ou juros sobre capital próprio a pagar.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável, pois não há saldo de dividendos ou juros sobre capital próprio a pagar.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Vide tabela abaixo.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos:

Descrição	Deliberação	Pagamento	Por ação Bruto (R\$)	Valor Total Bruto (R\$)
JCP	283ª RCA - 17.6.2024	2.7.2024	0,45651252650	R\$ 149.999.877,52
JCP	289ª RCA - 9.12.2024	19.12.2024	0,45651252436	R\$ 149.999.876,82
Total distribuído no exercício encerrado em 31/3/2025			0,91302505086	R\$ 299.999.754,34

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Eventos	31/3/2022	31/3/2023	31/3/2024	31/3/2025
Lucro Líquido do Exercício (R\$)	1.480.868.357,16	1.015.744.074,66	1.476.278.597,54	556.730.991,38
Lucro por ação (R\$)	4,27533186572	2,93249767193	4,38684111971	1,69436585986

Obs: O valor por ação do exercício encerrado em 31.3.2025 desconsidera as ações em tesouraria. em 31 de maio de 2025.

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores:

Exercício Social encerrado em 31.3.2022

Descrição	Por ação	Ação	Valor total líquido
Dividendos (+) Juros sobre capital próprio*	R\$ 1,80771391007	ON	R\$ 626.147.024,91
Total distribuído no exercício encerrado em 31.3.2022	R\$ 1,80771391007	ON	R\$ 626.147.024,91

*Do total distribuído R\$ 116.147.076,24 refere-se a JCP (Líquido IRRF).

Exercício Social encerrado em 31.3.2023

Descrição	Por ação	Ação	Valor total líquido
Dividendos (+) Juros sobre capital próprio*	R\$ 1,42363393016	ON	R\$ 493.111.296,52
Total distribuído no exercício encerrado em 31.3.2023	R\$ 1,42363393016	ON	R\$ 493.111.296,52

*Do total distribuído R\$ 218.111.196,31 refere-se a JCP (Líquido IRRF).

Exercício Social encerrado em 31.3.2024

Descrição	Por ação	Ação	Valor total líquido
Dividendos (+) Juros sobre capital próprio*	R\$ 0,84175359677	ON	R\$ 283.270.532,35
Total distribuído no exercício encerrado em 31.3.2024	R\$ 0,84175359677	ON	R\$ 283.270.532,35

*Do total distribuído R\$ 133.167.458,88 refere-se a JCP (Líquido IRRF).

Exercício Social encerrado em 31.3.2025

Descrição	Por ação	Ação	Valor total líquido
Juros sobre capital próprio	R\$ 0,78310366640	ON	257.310.472,83
Total distribuído no exercício encerrado em 31.3.2025	R\$ 0,78310366640	ON	257.310.472,83

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal
a. Identificar o montante destinado a reserva legal

A proposta para destinação de Reserva Legal é de R\$ 27.836.549,57 (vinte e sete milhões, oitocentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e nove reais e cinquenta e sete centavos).

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A Reserva Legal é constituída aplicando 5% do Lucro Líquido do Exercício.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

A Companhia não possui ações preferenciais.

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação aos dividendos obrigatórios:**a. Descrever a forma de cálculo prevista no Estatuto Social**

Conforme previsto no artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 25% do lucro líquido apurado no exercício.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O montante pago de JCP líquido foi deduzido do valor de dividendos mínimos obrigatórios, acrescido dos dividendos complementares, não havendo dividendos adicionais a pagar.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção dos dividendos obrigatórios devido à situação financeira da companhia:**a. Informar o montante da retenção**

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente à situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**a. Identificar o montante destinado a reserva**

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:**a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar**

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

Não aplicável.

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

b. Identificar o montante destinado a reserva

Não aplicável.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros para reserva de orçamento de capital:

a. Identificar o montante da retenção

A Administração propõe a retenção de R\$ 235.411.318,31 (duzentos e trinta e cinco milhões, quatrocentos e onze mil, trezentos e dezoito reais e trinta e um centavos) a ser destinado a investimentos planejados relacionados, principalmente, com Capex de Melhoria Operacional, Projetos de Investimentos e/ou Capital de Giro. Este valor contempla R\$ 21.102,54 (vinte e um mil, cento e dois reais e cinquenta e quatro centavos) provenientes da reversão de dividendos não reclamados e prescritos.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Vide Anexo III.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Informar o montante destinado a reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

Anexo III
Proposta de Orçamento de Capital
(Anexo A da Resolução CVM 81/2022)

Conforme artigo 196 da Lei 6.404/76, o Conselho de Administração propõe para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 25.7.2025, o Orçamento de Capital para o exercício de 2025/2026, no valor de R\$ 235.411.318,31 (duzentos e trinta e cinco milhões, quatrocentos e onze mil, trezentos e dezoito reais e trinta e um centavos).

Este valor contempla R\$ 21.102,54 (vinte e um mil, cento e dois reais e cinquenta e quatro centavos) provenientes da reversão de dividendos não reclamados e prescritos.

Aplicações:

Investimentos planejados relacionados, principalmente, com Capex de Melhoria Operacional, Projetos de Investimentos e/ou Capital de Giro.

Anexo IV
Aumento do Capital Social
(Anexo C da Resolução CVM 81/2022)

1. Informar valor do aumento e do novo capital social

O valor do aumento do capital social será de R\$ 373.916.599,86 (trezentos e setenta e três milhões, novecentos e dezesseis mil, quinhentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos), passando o capital de R\$ 4.445.192.198,41 (quatro bilhões, quatrocentos e quarenta e cinco milhões, cento e noventa e dois mil, cento e noventa e oito reais e quarenta e um centavos), para R\$ 4.819.108.798,27 (quatro bilhões, oitocentos e dezenove milhões, cento e oito mil, setecentos e noventa e oito reais e vinte e sete centavos), sem a emissão de novas ações ordinárias nominativas.

2. Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures em ações ou outros títulos de dívida em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; (d) subscrição de novas ações.

O aumento de capital será realizado mediante capitalização da Reserva de Orçamento de Capital no valor de R\$ 373.916.599,86 (trezentos e setenta e três milhões, novecentos e dezesseis mil, quinhentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos).

3. Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas.

Aumento de capital com a Reserva de Orçamento de Capital: investimentos planejados e realizados relacionados principalmente com Capex de Melhoria Operacional.

Não existem implicações jurídicas, pois os aumentos de capital propostos não alteram o patrimônio líquido da Companhia.

4. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável.

O Conselho Fiscal em sua reunião realizada no dia 12.6.2025 emitiu Parecer favorável à proposta da administração para o aumento de capital com a utilização da Reserva de Orçamento de Capital, conforme Anexo VII da Proposta da Administração.

5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações.

Não aplicável.

6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas:

a. informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas:

As ações não têm valor nominal. O aumento proposto não implicará na distribuição de novas ações entre os acionistas.

b. informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal:

A capitalização da Reserva de Orçamento de Capital será realizada sem modificação do número de ações de emissão da Companhia.

c. em caso de distribuição de novas ações:

Não aplicável.

d. informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei 6.404, de 1976:

Não aplicável.

e. informar e fornecer as informações e documentos previstos no item 5 acima, quando cabível:

Não aplicável.

7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações ou por exercício de bônus de subscrição

Não aplicável.

Anexo V

Informações Adicionais sobre a Remuneração dos Administradores e membros do Conselho Fiscal

(Item 8 do Formulário de Referência da Resolução 80/2022)

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração, aprovada pelo Conselho de Administração em 21.6.2021, tem como objetivo estabelecer critérios para definição da remuneração, refletindo as melhores práticas de mercado e de Governança Corporativa, alinhado aos interesses dos executivos e dos acionistas, e encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.saomartinho.com.br/ListGroup.aspx?idCanal=AtbRCN4YAJbUV3xXhcfxxQ==&ano=2021&linguagem=pt>), na Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>).

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Comitê de Gestão de Pessoas: assessora o Conselho de Administração, acompanhando constantemente as principais tendências e práticas prevaletentes no mercado e o ambiente competitivo; acompanha a formulação e atingimento do placar de metas da diretoria; propõe ao Conselho de Administração ajustes à modelagem da remuneração que se façam necessários para o pleno atingimento das diretrizes da política.

Conselho e Comitê de Gestão de Pessoas contarão com a assessoria de consultoria especializada em remuneração no acompanhamento do ambiente externo e na proposição de estratégias efetivas de remuneração e retenção.

Conselho de Administração: estabelece os critérios para o respectivo rateio entre os conselheiros e diretores, devendo considerar as responsabilidades, o tempo dedicado às funções, conhecimentos, experiência, reputação profissional e os valores dos seus serviços no mercado.

Assembleia Geral: fixa anualmente a Remuneração Global dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A determinação da remuneração é realizada por meio da pontuação dos cargos, acompanhando constantemente as principais tendências e práticas prevaletentes no mercado e o ambiente competitivo, com apoio de assessoria especializada.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente, o Conselho de Administração e o Comitê de Gestão de Pessoas contam com a assessoria de consultoria especializada em remuneração no acompanhamento do ambiente externo e na proposição de estratégias efetivas de remuneração e retenção.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

• seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A estratégia de remuneração adotada em relação aos seus diversos componentes está alinhada as práticas de mercado, bem como ao planejamento e interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia.

Remuneração fixa: baseada nas atribuições e responsabilidades de cada cargo, avaliado por metodologia de comparação de fatores globais.

Remuneração Variável:

a) Incentivo de Curto Prazo: remunera o executivo no curto prazo, de acordo com o desempenho alcançado frente aos desafios estabelecidos para o ano em questão e assegura a busca contínua da melhoria da performance. O placar de metas de cada diretor é composto por: i) metas coletivas, atreladas a indicadores de geração de valor da Companhia, ii) metas da unidade de negócios, representadas por indicadores operacionais chave de cada diretoria, vinculados à árvore de valor da Companhia, ações estratégicas e práticas de sustentabilidade (ambientais, sociais e governança) - orçamento, produção, segurança, entre outros, e iii) metas individuais, atreladas ao cumprimento do plano de desenvolvimento de cada diretor. O pagamento do bônus é anual, e tem como gatilho o atingimento de um patamar mínimo em relação à meta coletiva da Companhia estabelecida pelo Conselho de Administração.

Tem por objetivo motivar e direcionar a busca por resultados, já que as metas estabelecidas, se alcançadas, projetam a Companhia a um patamar de segurança, sustentabilidade, crescimento e lucratividade desejado pelos acionistas e investidores.

b) Incentivo de Longo Prazo: abrange estratégias de remuneração atreladas ao valor das ações da Companhia no mercado, através de opções de ações virtuais e outras estratégias de retenção. Visa direcionar os esforços da gestão na criação de valor a médio e longo prazos, alinhando o foco dos executivos à visão dos acionistas e incentivando a sua retenção. O Incentivo de Longo Prazo é concedido a critério exclusivo do Conselho de Administração, que segue parâmetros de análise realizada por empresa contratada, conforme Regulamento do Programa de Opções Virtuais de Compra de Ações bem como Programa de Ações Virtuais Restritas.

Os benefícios recebidos pela Diretoria são seguro saúde, previdência privada, seguro de vida, odontológico, entre outros. O Conselho de Administração recebe seguro de vida como benefício.

Mecanismos extraordinários de atração, retenção e/ou incentivos por entregas relevantes e outras iniciativas que tragam valor diferenciado para a Companhia devem ser aprovados pelo Conselho de Administração, por recomendação do Comitê de Gestão de Pessoas, ficando limitado ao montante de Remuneração Global dos Administradores aprovado anualmente em Assembleia Geral Ordinária.

Conselho de Administração: Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal (12 parcelas) e o benefício do seguro de vida. A remuneração é estabelecida de acordo com padrões de mercado e seu nível de dedicação, conforme sua

função no Conselho, participação em Comitês e a outras funções de interesse institucional da Companhia.

Conselho Fiscal: A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela assembleia geral que os elegeu e prevê pagamentos fixos, mensais e iguais para os seus membros, conforme legislação aplicável.

Diretoria (estatutária e não estatutária): A remuneração dos membros da Diretoria é composta pela remuneração fixa, remuneração variável, composta por incentivos de curto e de longo prazos e benefícios.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

2022/2023:

Orgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração baseada em ações/opções	Total
Conselho de Administração	99,6%	0,0%	0,4%	0,0%	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Diretoria Estatutária	43,0%	22,7%	6,4%	27,9%	100,0%
Diretoria não Estatutária	41,2%	23,6%	13,1%	22,1%	100,0%

2023/2024:

Orgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração baseada em ações/opções	Total
Conselho de Administração	99,6%	0,0%	0,4%	0,0%	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Diretoria Estatutária	30,0%	17,9%	4,8%	47,4%	100,0%
Diretoria não Estatutária	47,8%	14,8%	15,3%	22,1%	100,0%

2024/2025:

Orgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração baseada em ações/opções	Total
Conselho de Administração	99,6%	0,0%	0,4%	0,0%	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Diretoria Estatutária	31,5%	40,9%	5,4%	22,3%	100,0%
Diretoria não Estatutária	45,0%	15,5%	14,9%	24,6%	100,0%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

A remuneração da Administração é reavaliada anualmente pelo Comitê de Gestão de Pessoas, com auxílio de empresa especializada, que apoia nas pesquisas periódicas para garantir alinhamento às melhores práticas de mercado. A remuneração é reajustada de acordo com a movimentação do mercado executivo de referência, cujo intuito é manter a competitividade de sua estratégia de remuneração fixa e variável.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Os indicadores de desempenho presentes no bônus de todos os executivos estão relacionados à Saúde e Segurança Ocupacional, ao tema ASG, ao Desempenho Financeiro, bem como às metas da unidade de negócio, representadas por indicadores operacionais chave de cada diretoria, vinculados à árvore de valor da Companhia, ações estratégicas, orçamento, produção, entre outros.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

Os componentes de remuneração fazem parte da estratégia de atração e retenção de profissionais qualificados. São um incentivo na busca contínua da melhoria dos processos de gestão e performance da organização.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente. A média anual tem como base o início e o término do exercício social.

Remuneração reconhecida 2022/2023:

Exercício social	Valor total da remuneração					
31/03/2023	44.004.381,16					
Órgão da administração	Nº total de membros	Nº de membros remunerados	Salário ou o pró-labore	Benefícios direto e indireto	Bônus	Baseada em ações (incluindo opções)
Conselho de Administração	7	7	8.496.307,04	34.023,12	0,00	0,00
Diretoria Estatutária	11	11	15.051.834,33	2.235.118,48	7.970.277,39	9.788.735,80
Conselho Fiscal	3	3	428.085,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração reconhecida 2023/2024:

Exercício social	Valor total da remuneração					
31/03/2024	61.584.119,62					
Órgão da administração	Nº total de membros	Nº de membros remunerados	Salário ou o pró-labore	Benefícios direto e indireto	Bônus	Baseada em ações (incluindo opções)
Conselho de Administração	7	7	8.908.583,04	35.571,83	0,00	0,00
Diretoria Estatutária	11	11	15.635.996,36	2.481.454,55	9.351.714,66	24.724.044,94
Conselho Fiscal	3	3	446.754,24	0,00	0,00	0,00

Remuneração reconhecida 2024/2025:

Exercício social	Valor total da remuneração					
31/03/2025	62.457.743,33					
Órgão da administração	Nº total de membros	Nº de membros remunerados *	Salário ou o pró-labore	Benefícios direto e indireto	Bônus	Baseada em ações (incluindo opções)
Conselho de Administração	7	7	9.097.781,32	35.669,76	0,00	0,00
Diretoria Estatutária	11	11	16.635.472,24	2.839.610,88	21.626.923,65	11.760.353,28
Conselho Fiscal	3	3	461.932,20	0,00	0,00	0,00

Remuneração prevista 2025/2026:

Exercício social	Valor total da remuneração					
31/03/2026	69.365.731,45					
Órgão da administração	Nº total de membros	Nº de membros remunerados	Salário ou o pró-labore	Benefícios direto e indireto	Bônus	Baseada em ações (incluindo opções)
Conselho de Administração	7	7	9.511.317,60	37.518,60	0,00	0,00
Diretoria Estatutária	11	11	18.200.606,76	3.195.112,94	24.704.039,04	13.220.756,27
Conselho Fiscal	3	3	496.380,24	0,00	0,00	0,00

8.3.Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Exercício social encerrado em 31.3.2023:

Exercício social						
31/03/2023						
Órgão da administração	Nº total de membros	Nº de membros remunerados	Valor mínimo previsto (Bônus)	Valor máximo previsto (Bônus)	Valor previsto no plano de remuneração em caso de metas atingidas (Bônus)	Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (Bônus)
Conselho de Administração	7	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Diretoria Estatutária	11	11	0,00	19.418.674,98	19.418.674,98	7.970.277,39
Conselho Fiscal	3	0	0,00	0,00	0,00	0,00
			Valor mínimo previsto (Resultado)	Valor máximo previsto (Resultado)	Valor previsto no plano de remuneração em caso de metas atingidas (Resultado)	Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (Resultado)
			0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social encerrado em 31.3.2024:

Exercício social						
31/03/2024						
Orgão da administração	Nº total de membros	Nº de membros remunerados	Valor mínimo previsto (Bônus)	Valor máximo previsto (Bônus)	Valor previsto no plano de remuneração em caso de metas atingidas (Bônus)	Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (Bônus)
Conselho de Administração	7	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Diretoria Estatutária	11	11	0,00	24.941.912,93	24.941.912,93	9.351.714,66
Conselho Fiscal	3	0	0,00	0,00	0,00	0,00
			Valor mínimo previsto (Resultado)s	Valor máximo previsto (Resultado)	Valor previsto no plano de remuneração em caso de metas atingidas (Resultado)	Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (Resultado)
			0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social encerrado em 31.3.2025:

Exercício social						
31/03/2025						
Orgão da administração	Nº total de membros	Nº de membros remunerados	Valor mínimo previsto (Bônus)	Valor máximo previsto (Bônus)	Valor previsto no plano de remuneração em caso de metas atingidas (Bônus)	Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (Bônus)
Conselho de Administração	7	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Diretoria Estatutária	11	11	0,00	25.279.674,53	25.279.674,53	21.626.923,65
Conselho Fiscal	3	0	0,00	0,00	0,00	0,00
			Valor mínimo previsto (Resultado)s	Valor máximo previsto (Resultado)	Valor previsto no plano de remuneração em caso de metas atingidas (Resultado)	Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (Resultado)
			0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente 2025/2026:

Exercício social						
31/03/2026						
Orgão da administração	Nº total de membros	Nº de membros remunerados	Valor mínimo previsto (Bônus)	Valor máximo previsto (Bônus)	Valor previsto no plano de remuneração em caso de metas atingidas (Bônus)	Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (Bônus)
Conselho de Administração	7	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Diretoria Estatutária	11	11	0,00	24.704.039,04	24.704.039,04	0,00
Conselho Fiscal	3	0	0,00	0,00	0,00	0,00
			Valor mínimo previsto (Resultado)s	Valor máximo previsto (Resultado)	Valor previsto no plano de remuneração em caso de metas atingidas (Resultado)	Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social (Resultado)
			0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:
a. termos e condições gerais
Opções virtuais

A Companhia possui Programa de Opções Virtuais de Compra de Ações. O valor justo atribuído a essas opções é determinado com base no modelo de precificação Black&Scholes, que leva em consideração o valor do ativo objeto, o preço de exercício, o tempo a decorrer até o exercício das opções, a probabilidade de a opção ser exercida, a volatilidade histórica baseada nos preços de fechamento diário das ações dos últimos 2 anos, a taxa de dividendos e a taxa de juros livre de risco.

Ações virtuais restritas

Em dezembro de 2023 e em março de 2025, o Conselho de Administração aprovou os regulamentos dos planos de incentivo de longo prazo para a outorga de ações virtuais restritas. De acordo com o programa, a quantidade de Ações Virtuais a ser outorgada aos beneficiários será definida e individualizada a exclusivo critério do Conselho de Administração e será definida com base em múltiplos salariais e convertido em número de ações virtuais equivalentes, com base na média das cotações das ações de emissão da Companhia nos 30 (trinta) pregões da B3 antecedentes à data de outorga.

A outorga das ações virtuais aos beneficiários será realizada conforme regulamentos e contratos de adesão, podendo ou não, a critério do Conselho de Administração, haver a outorga de novas ações virtuais, sem que isso assegure qualquer direito adquirido aos beneficiários. A liquidação e pagamento das ações virtuais ocorrerá, desde que cumpridas as condições previstas no Programa, no prazo definido no Contrato de Adesão.

b. data de aprovação e órgão responsável

Os planos de opções virtuais em vigor no último exercício social, foram aprovados pelo Conselho de Administração, nas seguintes datas: 10 de dezembro de 2018, 09 de dezembro de 2019, 14 de dezembro de 2020, 13 de dezembro de 2021, 12 de dezembro de 2022, 11 de dezembro de 2023 e 16 de dezembro de 2024.

Os planos de outorga de ações virtuais restritas em vigor no último exercício social, foram aprovados pelo Conselho de Administração em 11 de dezembro de 2023 e 31 de março de 2025, respectivamente.

c. número máximo de ações abrangidas

Não aplicável, dado que atualmente as opções de compra e ações restritas são virtuais.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

O limite de opções e ações restritas virtuais a serem outorgadas será definido pelo Conselho de Administração em observância ao limite da remuneração global anual aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

e. condições de aquisição de ações

Contemplado no item 8.1, o qual descreve as práticas de remuneração, elementos que compõem a remuneração, bem como, neste contexto, condições de aquisições de ações com base na Política de Remuneração da Companhia.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício é apurado pela média das cotações dos últimos 30 pregões que antecedem a data de concessão (para opções virtuais).

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Contemplado no item 8.1, o qual descreve as práticas de remuneração, elementos que compõem a remuneração, bem como critérios para fixação de aquisição/exercício com base na Política de Remuneração da Companhia.

h. forma de liquidação**Opções virtuais**

Referido programa rege pela liquidação em caixa da diferença positiva entre o valor de mercado no dia anterior ao exercício versus o preço de exercício fixado em cada programa.

Ações virtuais restritas

O valor de cada ação virtual usado para liquidação deste Programa será correspondente à média de fechamento de uma ação de emissão da Companhia (SMT03) nos 30 (trinta) pregões da B3 anteriores à data de início do processo de liquidação.

i. restrições à transferência das ações

Os programas não permitem transferências.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os planos podem ser alterados, suspensos ou extintos pelo Conselho de Administração.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Perda ou antecipação do direito de exercício, conforme previsão contratual.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Exercício social encerrado 31.03.2023:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros ¹	7	11,00	3
Nº de membros remunerados	0	10,10	0
Preço médio ponderado de exercício:			
(i) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	24,44	n/a
(ii) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	n/a	-	n/a
(iii) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	-	n/a
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas ²	n/a	n/a	n/a

¹ Corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado nos termos do item 8.2.

² Não há diluição em função do formato do programa da Companhia (opções virtuais de compra de ações)
Membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações

Exercício social encerrado 31.03.2024:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros ¹	7	11,00	3
Nº de membros remunerados	0	11,00	0
Preço médio ponderado de exercício:			
(i) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	25,50	n/a
(ii) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	n/a	27,97	n/a
(iii) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	19,35	n/a
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas ²	n/a	n/a	n/a

¹ Corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado nos termos do item 8.2.

² Não há diluição em função do formato do programa da Companhia (opções virtuais de compra de ações)
Membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações

Exercício social encerrado 31.03.2025:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros ¹	7	11	3
Nº de membros remunerados	0	11	0
Preço médio ponderado de exercício:			
(i) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	27,97	n/a
(ii) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	n/a	-	n/a
(iii) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	19,38	n/a
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas ²	n/a	n/a	n/a

¹ Corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado nos termos do item 8.2.

² Não há diluição em função do formato do programa da Companhia (opções virtuais de compra de ações)
Membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (Safrá 25/26):

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros ¹	7	11,00	3
Nº de membros remunerados	0	11,00	0
Preço médio ponderado de exercício:			
(i) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	27,37	n/a
(ii) Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	n/a	-	n/a
(iii) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	-	n/a
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas ²	n/a	n/a	n/a

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Diretoria Estatutária			
Nº total de membros	11	11	11
Nº de membros remunerados	11	11	11
Data de outorga	12/12/2022	11/12/2023	16/12/2024
Quantidade de opções outorgadas	1.242.241	1.183.307	1.437.696
Prazo para que as opções se tornem exercíveis ¹	dez/24, 25 e 26	dez/25, 26 e 27	dez/26, 27 e 28
Prazo máximo para exercício das opções	dez/29	dez/30	dez/31
Prazo de restrição a transferência de ações recebidas em decorrência do exercício das opções	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga	7,63	8,42	8,18
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	9.478.299	9.963.445	11.760.353

¹ Um terço a cada ano. Membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Diretoria estatutária			
Data da outorga	10/12/2018	10/12/2018	10/12/2018
Nº total de membros	10	9	9
Nº de membros remunerados	10	9	9
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	-	-	-
Data em que se tornarão exercíveis	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Opções exercíveis			
Quantidade	-	15.781	289.595
Prazo máximo para exercício das opções	-	dez/2025	dez/2025
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	-	19,07	19,07
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	1,63	1,63
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	25.723,03	472.039,85

Diretoria estatutária			
Data da outorga	09/12/2019	09/12/2019	09/12/2019
Nº total de membros	11	11	11
Nº de membros remunerados	11	11	11
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	-	-	-
Data em que se tornarão exercíveis	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Opções exercíveis			
Quantidade	26.059	270.522	327.301
Prazo máximo para exercício das opções	dez/2026	dez/2026	dez/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	19,38	19,38	19,38
Valor justo das opções no último dia do exercício social	1,32	1,32	1,32
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	34.397,88	357.089,04	432.037,32

Diretoria estatutária			
Data da outorga	14/12/2020	14/12/2020	14/12/2020
Nº total de membros	11	11	11
Nº de membros remunerados	11	11	11
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	-	-	-
Data em que se tornarão exercíveis	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Opções exercíveis			
Quantidade	198.747	213.418	213.414
Prazo máximo para exercício das opções	dez/2027	dez/2027	dez/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	24,22	24,22	24,22
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-	-

Diretoria estatutária			
Data da outorga	13/12/2021	13/12/2021	13/12/2021
Nº total de membros	11	11	11
Nº de membros remunerados	11	11	11
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	-	-	162.909
Data em que se tornarão exercíveis	-	-	dez/2025
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	dez/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	-	-	37,17
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Opções exercíveis			
Quantidade	162.918	162.915	-
Prazo máximo para exercício das opções	dez/2028	dez/2028	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	37,17	37,17	-

Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-	-

Diretoria estatutária			
Data da outorga	12/12/2022	12/12/2022	12/12/2022
Nº total de membros	11	11	11
Nº de membros remunerados	11	11	11
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	-	414.080	414.081
Data em que se tornarão exercíveis	-	dez/2025	dez/2026
Prazo máximo para exercício das opções	-	dez/2029	dez/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	-	27,44	27,44
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Opções exercíveis			
Quantidade	414.080	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	dez/2029	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	27,44	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-	-

Diretoria estatutária			
Data da outorga	12/12/2023	12/12/2023	12/12/2023
Nº total de membros	11	11	11
Nº de membros remunerados	11	11	11
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	394.435	394.435	394.437
Data em que se tornarão exercíveis	dez/2025	dez/2026	dez/2027
Prazo máximo para exercício das opções	dez/2030	dez/2030	dez/2030
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	33,70	33,70	33,70
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Opções exercíveis			
Quantidade	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-	-

Diretoria estatutária			
Data da outorga	16/12/2024	16/12/2024	16/12/2024
Nº total de membros	11	11	11
Nº de membros remunerados	11	11	11
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	479.230	479.232	479.234
Data em que se tornarão exercíveis	dez/2026	dez/2027	dez/2028
Prazo máximo para exercício das opções	dez/2031	dez/2031	dez/2031
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	25,38	25,38	25,38
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Opções exercíveis			

Quantidade	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-	-

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2025
Nº total de membros	7	7	7	11	11	11
Nº de membros remunerados	0	0	0	11	11	11
Opções exercidas						
Número de ações	n/a	n/a	n/a	-	254.961	20.144
Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a	n/a	-	19,35	19,38
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	n/a	n/a	-	36,97	26,25
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	n/a	n/a	-	4.491.613,95	138.389,28

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Diretoria Estatutária				
	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2026
Nº total de membros	11	11	11	11
Nº de membros remunerados	0	5	0	1
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0	0	0	0

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Diretoria Estatutária				
	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2026
Nº total de membros	11	11	11	11
Nº de membros remunerados	0	5	0	1
Data de outorga	n/a	11/12/2023	n/a	01/04/2025
Quantidade de ações outorgadas	0	438.000	0	400.000
Prazo máximo para entrega das ações	n/a	dez/28	n/a	out/28
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor justo das ações na data da outorga	0,00	33,70	0,00	21,76
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	0	14.760.600	0	8.704.000

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Diretoria Estatutária			
	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2025
Nº total de membros	11	11	11
Nº de membros remunerados	0	5	0
Número de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0	0	0
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0	0	0
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0	0	0

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

Contemplado no item 8.4 "a".

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Opções virtuais

A Companhia possui um programa de opções virtuais de compra de ações. O valor das opções concedidas é determinado conforme o modelo Black-Scholes-Merton de precificação de opções, seguindo as seguintes premissas:

- (i) Preço da Ação – valor da ação na data da outorga;
- (ii) Preço de Exercício – preço para o exercício de cada opção virtual;
- (iii) Volatilidade (% anual) – a variação média do preço das ações da Companhia (B3) até a data da outorga (24 meses);
- (iv) Tempo de Carência – o período para início do exercício das opções, conforme o contrato de Opções Virtuais;
- (v) Dividendos – praticados pela Companhia no ano da outorga;
- (vi) Taxa de juros livre de risco – considerada a taxa dos títulos NTN-B alinhados aos períodos de carência do plano;
- (vii) Quantidade de opções virtuais – quantidade total de opções virtuais a ser outorgada aos beneficiários.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Contemplado no item 8.12 "b".

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Contemplado no item 8.12 “b”.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há outras características da opção na mensuração de seu valor justo.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam devidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

AÇÕES ORDINÁRIAS	
Conselho de Administração	281.613
Diretoria	269.730
Controladores*	203.742.568
*Posição considera controladores diretores e indiretos	

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Número	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	n/a	11
Nº de membros remunerados	n/a	11
Nome do plano	São Martinho PREV	
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	n/a	n/a
Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	n/a
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	10.851.380 (*)
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	1.331.205
Há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	n/a	Sim, somente a parte do empregado

(*) – Valores Nominais

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Exercício social					
31/03/2023					
Órgão da administração	Nº total de membros	Nº de membros remunerados	Valor da maior remuneração (reais)	Valor da menor remuneração (reais)	Valor médio remuneração (reais)
Conselho de Administração	7,00	7,00	1.510.298,40	730.028,60	1.218.618,59
Diretoria Estatutária	11,00	11,00	9.699.908,32	1.746.844,65	3.185.996,91
Conselho Fiscal	3,00	3,00	142.695,00	142.695,00	142.695,00

Exercício social					
31/03/2024					
Órgão da administração	Nº total de membros	Nº de membros remunerados	Valor da maior remuneração (reais)	Valor da menor remuneração (reais)	Valor médio remuneração (reais)
Conselho de Administração	7,00	7,00	1.651.024,73	678.421,97	1.277.736,41
Diretoria Estatutária	11,00	11,00	10.424.686,22	1.493.006,26	4.744.837,32
Conselho Fiscal	3,00	3,00	148.918,08	148.918,08	148.918,08

Exercício social					
31/03/2025					
Órgão da administração	Nº total de membros	Nº de membros remunerados	Valor da maior remuneração (reais)	Valor da menor remuneração (reais)	Valor médio remuneração (reais)
Conselho de Administração	7,00	7,00	1.624.442,60	701.311,68	1.304.778,73
Diretoria Estatutária	11,00	11,00	22.974.759,84	1.766.876,99	4.805.669,10
Conselho Fiscal	3,00	3,00	153.977,40	153.977,40	153.977,40

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismo de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria dos membros do Conselho de administração ou Diretoria. A Companhia, no entanto, mantém apólice de seguro "D&O" Directors and Officers Liability para cobertura de indenizações decorrentes de responsabilidade civil dos administradores no exercício de seus mandatos, conforme indicado no item 7.7.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Descrição	Abr/22 a Mar/23	Abr/23 a Mar/24	Abr/24 a Mar/25	Abr/25 a Mar/26
Conselho de Administração	75,6%	76,6%	76,3%	76,2%
Conselho de Fiscal	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Diretoria	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não houve, nos 3 últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, qualquer remuneração paga diretamente a membros da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia por outras razões que não a função que ocupam e/ou que não estejam divulgados em outro item do Formulário de Referência.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Conforme Ofício Circular Anual 2025 CVM/SEP, o valor da remuneração em relação ao previsto para o exercício em curso está líquido de encargos sociais e por isso não foram divulgados nas tabelas do item 8.2 Abaixo previsão do INSS para o Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: R\$ 1.902.263,54

DIRETORIA: R\$ 11.225.080,42

CONSELHO FISCAL: R\$ 99.276,06

Anexo VI

Informações sobre a proposta de alteração do Estatuto Social

Informações adicionais sobre a proposta de alteração no Estatuto Social para implementar: (i) alteração do CEP da sede (art. 2º) e (ii) aumento do capital social e alteração no nº das ações (artigo 5º), também para refletir o cancelamento de ações em tesouraria deliberado pelo Conselho de Administração em 30.9.2024, que passarão a vigor conforme redações abaixo:

Redação Atual	Redação Proposta	Justificativa
Artigo 2º. A sociedade tem sua sede e foro na Fazenda São Martinho, Município de Pradópolis, Estado de São Paulo, CEP 14850-000 , podendo estabelecer escritórios e filiais no país e no exterior.	A sociedade tem sua sede e foro na Fazenda São Martinho, Município de Pradópolis, Estado de São Paulo, CEP 14853-899 , podendo estabelecer escritórios e filiais no país e no exterior.	Adequação à mudança dos Correios
O capital social totalmente subscrito e integralizado da Sociedade é de R\$ 4.445.192.198,41 (quatro bilhões, quatrocentos e quarenta e cinco milhões, cento e noventa e dois mil, cento e noventa e oito reais e quarenta e um centavos), dividido em 346.375.066 (trezentos e quarenta e seis milhões, trezentos e setenta e cinco mil e sessenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.	O capital social totalmente subscrito e integralizado da Sociedade é de R\$ 4.819.108.798,27 (quatro bilhões, oitocentos e dezenove milhões, cento e oito mil, setecentos e noventa e oito reais e vinte e sete centavos), dividido em 332.435.391 (trezentos e trinta e dois milhões, quatrocentas e trinta e cinco mil e trezentas e noventa e uma) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.	Aumento do capital social mediante capitalização de parte da reserva de orçamento de capital (R\$ 373.916.599,86).

Anexo VII
Parecer Conselho Fiscal

SÃO MARTINHO S.A.
CNPJ/MF Nº 51.466.860/0001-56
NIRE Nº 35.300.010.485
Companhia Aberta

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
SÃO MARTINHO S.A.

Os membros do Conselho Fiscal da SÃO MARTINHO S.A., dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, nos termos do artigo 163, incisos II, III e VII, da Lei 6.404/76, procederam a análise das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e o Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31.3.2025, e com base nas análises efetuadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda, o relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes da KPMG Auditores Independentes Ltda., datado de 23 de junho de 2025 sobre as demonstrações financeiras assim como seus esclarecimentos, concluíram que os documentos estão adequadamente apresentados, e opinam favoravelmente pelo seu encaminhamento para deliberação em Assembleia Geral e Ordinária e Extraordinária dos Acionistas, assim como, opinam favoravelmente sobre as propostas da Administração para: a) Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.3.2025; b) Orçamento de Capital safra 2025/2026, base para retenção de lucros; e, c) Aumento do Capital Social, com utilização da Reserva de Orçamento de Capital.

São Paulo/SP, 23 de junho de 2025.

Conselheiros:

Maurício Curvelo de Almeida Prado

Maria Elvira Lopes Gimenez

Rafael Alves Rodrigues